

A questão do mútuo impacto entre a historiografia literária e os estudos culturais*

Heloísa Buarque de Hollanda

Ainda que correndo o risco de simplificação, eu hoje diria que os Estudos Culturais nasceram de uma carência de História no interior das práticas disciplinares.

Falando só do meu percurso de formação profissional, ou seja falando de um universo mínimo, me vem de pronto à cabeça a presença de uma relação visivelmente tensa entre a historiografia literária e a teoria literária, especialmente por volta dos anos 60/70, que é o período no qual se manifesta com mais acidez a crise dos estudos literários. E, pelo que me lembro, essa crise se expressou em função de uma maior ou menor centralidade da História nas grades teóricas dos estudos literários. Eu, pessoalmente, como estudante, vivi a fascinação com o formalismo russo, com o *new criticism* (fui assistente do Afranio Coutinho na Faculdade de Letras da UFRJ), com o estruturalismo, com tudo aquilo que parecia, na época, uma abordagem avançada ou “profissional” do lidar com o texto literário. Abordagens que, no quadro das políticas da teoria e dos enfrentamentos de poder no campo da produção de conhecimento, se fazia tomando como polo negativo a historiografia literária, a atenção ao contexto social e econômico, as armadilhas da biografia e dos traços subjetivos do autor. O confronto mais explícito e frente ao qual todo estudante deveria se posicionar naquela época, era o embate Afrânio Coutinho /UFRJ x Antônio Cândido / USP, o embate do texto autocontido e do texto imerso na História e na sociedade.

Não foi atoa que Mikhail Bakhtin, um dos grandes inspiradores dos Estudos Culturais, numa entrevista à revista *Novi Mirr* sobre a situação da pesquisa literária na União Soviética em 1972, lamentava duramente a falta de articulação entre os estudos literários e os problemas mais gerais da sociedade. Bakhtin observa que a ênfase que, por longo tempo, vinha sendo dada à definição das especificidades da literatura, terminaria bloqueando as articulações mais concretas

* Esse texto foi escrito para ser publicado nos Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS, volume 10, de 2004.

entre a literatura e o contexto histórico da cultura de uma dada época, e que esse bloqueio fatalmente conduziria à marginalização da própria idéia de literatura.

Bakhtin chama ainda a atenção para a flutuação histórica das fronteiras das áreas da produção cultural e observa que sua vida mais intensa e produtiva sempre ocorre nas **fronteiras** de suas áreas individuais e não nos espaços onde estas áreas tornam-se encerradas em sua própria especificidade. †

Outro momento chave para nós, pesquisadores de letras, foi meados da década de 80, quando os estudos literários começam a responder com mais nitidez às demandas das transformações que vão marcar o final do século XX. A interdisciplinaridade, o debate sobre a hegemonia do cânone literário, a interpelação da historiografia tradicional pelo Novo Historicismo, os estudos emergentes sobre a literatura oral, o forte impacto das teorias críticas feministas e étnicas. Todas essas novidades apontam para uma inédita turbulência no interior do que Bakhtin havia identificado pouco tempo antes como a “falta de flexibilidade dos estudos literários”.

Apesar disso, mesmo nesse momento de flexibilização e quando os estudos sobre as chamadas “minorias”, começaram a institucionalizar-se como área de conhecimento, a maior ou menor presença da historiografia nos modelos teóricos feministas e étnicos, foi questão polêmica. Nesse caso, a grande atenção desses estudos à interpelação das formas da historiografia canônica, tornou-se curiosamente o bode expiatório de uma suposta falta de cientificidade destas novas teorias. Me lembro que se desqualificava estes estudos como “empíricos” ou sociológicos”, na época, expressões curiosamente bastante desagradáveis.

Mas, retomando nosso assunto inicial sobre mútuo impacto entre os Estudos Culturais e a historiografia, e sobre a carência de História na episteme dos anos 60/70, vou me permitir voltar mais uma vez à lenda fundacional dos Estudos Culturais. Essa lenda nos relata que os Estudos Culturais tiveram sua origem em meio à luta para a entrada da classe operária na Universidade. Portando aqui já temos o cruzamento do que seria o nervo central dos Estudos

† "Response to a Question from Novi Mir Editorial Staff" in Speech Genres & Other Late Essays org. Caryl Emerson e Michael Holquist. University of Texas Press, 1987.

Culturais: uma forma de produção de conhecimento agressivamente contextualizada e diretamente engajada com a formulação de ações ou políticas públicas.

Voltando a insistir neste momento inicial, um grupo de sociólogos dedicou-se então a observar hábitos, costumes, modos de expressão e locais de sociabilização do cotidiano do operariado inglês, produzindo um conhecimento novo sobre esta teia de relações que extravasava em muito a clássica noção de classe conforme aquela da sociologia tradicional. Foi, portanto, recorrendo basicamente ao *contexto* socio-histórico desta “minoría” que algumas obras fundadoras foram produzidas. Entre elas, destaque para o *Uses of Literacy*, de Richard Hoggart, uma forma curiosa de auto-etnografia sócio-historicizante do que é a vida de um cidadão **antes** e **depois** da alfabetização. Uma tentativa de Hoggart de romper com o positivismo científico da objetividade sociológica e concentrar-se na “subjetividade”, no sentido de examinar a cultura em relação a vidas individuais. Só aqui, vemos um atropelamento disciplinar incessante, agravado pela infração maior: o uso da subjetividade como categoria de análise científica. Esta obra é considerada o marco do que chegou até nós como Estudos Culturais. Outro traço distintivo dos Estudos Culturais –que não encontra equivalência em nenhuma outra formação disciplinar – é sua própria natureza vinculada visceralmente a contextos históricos e geopolíticos.

Nesse sentido, vou recorrer a um conceito que me é particularmente caro que é a noção de *affiliation* de Edward Said.

Refiro-me à discussão de Said, em seu livro *O Mundo, o texto e o crítico*, sobre o horizonte das teorias viajantes, ou seja a trajetória do deslocamento de uma idéia ou de uma reflexão teórica entre culturas e comunidades acadêmicas até aquele *topos* onde vai se afiliar essa mesma idéia ou reflexão. A pergunta de base aqui para Said seria: para que universo simbólico ou cultural essa idéia ou reflexão vai se dirigir como sendo seu novo local de pertencimento ou afiliação. Onde será que a idéia migrante vai *se sentir* mais confortável, num novo quadro cultural diverso daquele onde foi originada.

Se a afirmação de Said é sugestiva em se tratando de uma ideia ou teoria criada num determinado contexto e sofrendo um deslocamento espacial para um novo ponto geopolítico, a

atual expansão da quase-disciplina Estudos Culturais vai se revelar como um importante sintoma das alterações que vem sofrendo a própria trajetória da migração de idéias e teorias.

Perseguindo de perto essa idéia de deslocamento , veremos que os Estudos Culturais mostram não só uma flutuação interessantíssima quanto à delimitação de sua área de pesquisa mas ainda, e sobretudo, quanto à sua “afiliação” disciplinar.

O exame das diferenças entre os vários Estudos Culturais existentes hoje em diferentes contextos acadêmicos sinalizou ainda transformações significativas em curso nas próprias lógicas locais da produção de conhecimento.

Portanto, uma primeira conclusão a que podemos chegar é a de que talvez os Estudos Culturais sejam a primeira área de conhecimento visceralmente contextualizada, uma área que só pode ser pensada em função de um dado contexto histórico, social e institucional. Ou melhor, o próprio exercício da produção de saber nessa área, dependendo do contexto em que se insere, migra de uma disciplina para outra, altera prioridades, determina discursos e práticas estruturalmente diversificadas. Em relação aos campos disciplinares, podemos também observar uma oscilação bastante clara quanto ao topos eleito para sua “afiliação” e legitimação curricular.

Voltando à lenda fundacional dos Estudos Culturais e suas obras inaugurais, o “Uses of Literacy” (Hoggart) e “Culture and Society” (de Raymond Williams), - ambos sobre a dificuldade bastante específica, das identificação dos efeitos culturais das desigualdades sociais -, e da fundação do histórico Birmingham Center for Contemporary Studies, digamos que os Estudos Culturais tenham se originado no campo disciplinar da sociologia e no quadro de uma Inglaterra profundamente marcada pelo panorama das transformações da classe operária inglesa do pós guerra.

É ainda importante referir que a tendência inicial dos Estudos Culturais de trabalhar com novos sujeitos políticos, construídos fora do paradigma sociológico tradicional de “classe social”, levou à uma demanda bastante particular: a de trabalhar a construção destes novos sujeitos recorrendo, prioritariamente, à sua historicidade, ou seja, a sua relação estrutural e estruturante com determinado contexto histórico e social.

Já nos USA, os Estudos Culturais encontram sua afiliação, bem mais tarde, por volta do final dos anos 70, no campo dos debates e disputas em torno dos direitos das minorias e dos imigrantes. Como campo disciplinar, estes estudos afiliaram-se, preferencialmente, ao campo das letras. Uma das primeiras definições dessa nova área em terras norte-americanas é a de Fredric Jameson, até hoje uma liderança da área. Diz Jameson ainda nos anos 70: os Estudos Culturais têm, como preocupação central, a análise “ da expressão cultural dos vários relacionamentos que os grupos entabulam uns com os outros” (sic). Esta primeira definição não difere muito daquela do Centro de Birnham. Entretanto a expansão dos Estudos Culturais tanto nos EUA quanto na Europa ampliam seu campo de trabalho, incluindo agora os estudos feministas e os estudos étnicos, absorvendo o saldo eloquente das lutas políticas dos anos 60. Ainda pensando a academia norte-americana, é importante lembrar que o surgimento dos Estudos Culturais vai se dar no bojo das guerras curriculares em torno do cânone - e portanto privilegiando a área de literatura -, e associado à bandeira do reconhecimento legal e formal do multiculturalismo. Também não é desprezível a lembrança de que esta nova área de conhecimento começa a batalhar sua legitimação acadêmica numa hora de altos escândalos e corrupções na administração das grandes universidades norte-americanas, acompanhados de cortes e arroxo nas finanças das maiores instituições de ensino superior do país. É nesse momento, sem dúvida tumultuado e de fragilização institucional, que estes estudos encontram, nos USA, seu maior espaço de produção e militância.

Já na América Latina a História é outra. Os Estudos Culturais claramente definem, no início dos anos 80, seu território como sendo o espaço acadêmico privilegiado para pensar a reinserção (ou a invenção) democrática em nossos países. Na liderança, sociólogos e antropólogos, com pesquisas específicas sobre consumo cultural e mídia, um objeto, sem dúvida, forte e decisivo enquanto promotor de consensos políticos no período ditatorial latinoamericano. Nestor Garcia Canclini, Jesus Martin Barbero e Beatriz Sarlo marcam o período inicial com estudos quase emergenciais para a formulação de novas políticas culturais, socialmente mais justas, num panorama de incipiente exercício democrático.

No Brasil, curiosamente, estes estudos não vão se dirigir inicialmente para a mídia, ainda que a importância da mídia brasileira, especialmente a televisiva, naquele momento fosse nevrálgica para a condução de nosso debate social. Talvez por influência norte-americana, os Estudos Culturais tornam-se mais visíveis na área de literatura, em campos emergentes de trabalho como a literatura oral e de cordel, a literatura africana e a literatura feita por mulheres. (Esses dados constam do documento de avaliação da área, realizado por Nadia Gotlib e publicado pelo CNPq em 1990) Não deve ser por acaso que todas estas tendências apresentam um forte traço comum: são aquelas que até muito pouco tempo foram identificadas como áreas marginais cujos produtos foram tradicionalmente definidos como gêneros "menores" e cuja "qualidade" era, até então, sistematicamente posta em questão pela crítica literária. Nesse quadro, os estudos sobre a mulher ganharam a dianteira como comprova o crescimento geométrico do GT Mulher e Literatura da ANPOLL, criado em 1985.

Do ponto de vista teórico, não me parece de todo imprudente afirmar também que os Estudos Culturais entre nós são acionados, neste momento, para flexibilizar os estudos literários de viés formalista e estruturalista predominantes na Universidade sob pressão da época da ditadura.

Viagem concluída, vou examinar dois approaches teóricos nos quais procuro justificar a importância do recorrer à História, ou interpelá-la, para formulações conceituais dos chamados Estudos Culturais.

O Primeiro exemplo que vou comentar é a estratégia de formulação conceitual de Fredric Jameson o grande guru e divulgador entre nós da tendência de Estudos Culturais na área literária. Jameson é um dos poucos intelectuais assumidamente pós-modernos com explícita identificação marxista. Seu livro de estréia, *The Political Unconscious*, de 1981, é praticamente todo dedicado ao mapeamento crítico das grades teóricas e conceituais disponíveis, em sua maioria, pertencentes às então super prestigiadas correntes pós-estruturalistas e desconstrucionistas. Neste trabalho, Jameson, já de início, assume um compromisso radical com a História, segundo ele, a grande e verdadeira herança marxista para o teórico contemporâneo. É um livro fascinante, no qual o autor procura, da primeira à última página, situar-se política e

teoricamente no quadro da oferta abundante de opções daquele momento como o estruturalismo, pós-estruturalismo, desconstrução, psicanálise, feminismo, marxismo, novo historicismo & outros. Para tanto, Jameson lança mão de um recurso poderoso: o exercício contínuo de historicizar todo e qualquer gesto interpretativo. Neste caso, sua noção de historicização não remete apenas ao estudo da natureza das estruturas "objetivas" de um determinado texto literário, no modelo da historiografia tradicional. O que vai interessar Jameson aqui é a análise dos códigos interpretativos por meio dos quais lemos o texto literário. Seu interesse é, portanto, menos o texto do que a própria dinâmica do ato da interpretação deste texto. É o que Jameson define como metacomentário. Ou seja, uma forma de leitura que consiste em reinscrever um determinado texto num código interpretativo específico, revelando como diferentes tendências teóricas constroem seus objetos. Assim, ele nos oferece a reavaliação histórica e dialética de métodos e teorias que poderiam ser vistas como "conflitantes". No plano do metacomentário, diferentes correntes de pensamento circulam com liberdade e suas dissensões transformam-se num inesperado movimento dialético do Todo, que é a História. A partir desse movimento crítico, nenhuma interpretação pode portanto ser desqualificada por si mesma. Diz Jameson: "a interpretação não é um ato isolado, mas ocorre no interior de um campo intelectual no qual diversas opções interpretativas entram em conflito de maneira explícita ou implícita". A grande vantagem desta manobra é que ela coloca, num plano "mais alto", a discussão do caráter dito ahistórico e apolítico de certos modelos teóricos que recuperam sua inteligibilidade ao serem reintegrados na História social da cultura de uma determinada época.

Com os mesmos pressupostos, Jameson enfrenta os pós-estruturalistas - anti-hegelianos por excelência - e o acirrado debate sobre conceitos polêmicos como o "sujeito descentrado" ou os "fluxos esquizofrênicos". Igualmente historicizados, conceitos deste tipo deixam de ser compreendidos como conceitos apocalípticos ou apolíticos e ganham, em perspectiva histórica, a possibilidade de serem compreendidos como "pressentimentos reificados de um novo e utópico sujeito coletivo" (sic) Esta mesma forma de trabalhar com a teoria é aplicada também na análise do romance Lord Jim. Jameson literalmente reconstrói este texto como um "fato histórico". Eu

diria mesmo que *O Inconsciente Político* como um todo é, antes de mais nada, uma narrativa sobre a historiografia.

E diria mais: diria que o compromisso com a História é o grande responsável pela formação de uma aporte teórico consistente para os Estudos Culturais e mesmo a maior contribuição que estes estudos nos oferecem.

O segundo caso é diferente. É de como os Estudos Culturais, neste caso as teorias críticas feministas, vêm promovendo uma discussão bastante produtiva com a historiografia literária.

Fazendo uma breve digressão para situar o trabalho propriamente historiográfico que vem sendo empreendido pelas mulheres, dois aspectos me parecem extremamente interessantes: primeiro sua grande produtividade no que diz respeito ao resgate daquilo que foi perdido - ou "silenciado" - da cultura realizada por mulheres revelando nomes, tendências e até mesmo novos objetos de investigação. Segundo, a evidência de que o resultado mais geral deste impulso revelou-se de certa forma insatisfatório. Os objetos recuperados, na maior parte das vezes, não "cabiam" nas lacunas da História oficial tal como esta foi e vem sendo desenhada. Este insucesso - na realidade um sucesso - evidenciou como a história literária não provê as categorias pelas quais as ações das mulheres possam ser satisfatoriamente descritas. Mostrou também a necessidade inadiável de um trabalho mais profundo de questionamento das bases epistemológicas e dos pressupostos desta historiografia, seus pontos de partida, métodos, categorias e periodizações.

Foi neste sentido que escolhi, para comentar, algumas interpelações feministas aos pressupostos historiográficos, um texto ao mesmo tempo iluminado e engraçadíssimo de Ria Lemaire, chamado "Repensando a História Literária" ‡.

Neste texto, Ria levanta de início duas questões de fundo: o mito da falsa objetividade do historiador e o mito da linearidade da história da cultura ocidental. O primeiro não traz grande novidade mas vale sempre a pena voltar a ele.

‡ As noções aqui discutidas tomaram por base os trabalhos de Jetty Schaap, "Introdução" e Ria Lemaire: "Rethinking Literary History" ambos em Jetty Schaap, Historiography of Women's Cultural Traditions. Foris Publications Holland/USA, 1987.

Esse mito da objetividade científica do historiador hoje já não funciona bem e os historiadores são consensuais sobre o fato de que a própria definição de fato histórico é falaciosa e de que os fatos históricos são, apenas, acontecimentos aos quais o historiador decide atribuir valor histórico. O historiador, portanto, é visto como parte ativa da forma como a história é concebida e a historiografia passou a ser considerada uma atividade complexa que depende totalmente das faculdades interpretativas do historiador. É por aí que as teorias feministas têm examinado o viés masculino das narrativas históricas.

Sobre o mito da linearidade da História literária, o trabalho de Ria desenvolve uma hipótese atraente: a da existência de uma profunda sintonia entre a História literária e os discursos da genealogia nas sociedades patriarcais. Segundo Ria, ambas tratam de forma idêntica a lógica da sucessão cronológica não importa se está se referindo à heróis guerreiros ou à escritores brilhantes. Nos dois casos, pode ser observado um discurso fundado no traçado da linhagem - real ou hipotética - de uma origem até o presente. Esse presente passa então a ser visto “naturalmente” como um momento recortado do quadro de uma tradição ancestral. Nos dois casos, suas genealogias são apresentadas como uma unidade, uma tradição ininterrupta onde os que não se enquadram (por sexo, raça, ideias ou nacionalidade) são excluídos como marginais. Esta sucessão é definida em termos patrilineares, baseada na propriedade privada, onde os filhos são os legítimos herdeiros de um patrimônio político ou cultural.

O que está em jogo aqui é a permanência de uma das formas mais eficientes de reprodução de uma negação básica do impacto das estruturas sociais na tradição literária.

Ria prossegue, observando, com humor, a importância e a ênfase atribuídas à linhagem literária enquanto sintoma de uma das principais obsessões masculinas nas sociedades patriarcais: sua eterna insegurança acerca da paternidade biológica, que seria compensada na genealogia pela descrição da linhagem em termos patrilineares, e na história literária pela super-ênfase na paternidade cultural, na autoria, e na importância, para a crítica, do controle do texto afim de prevenir uma possível proliferação de sentidos & herdeiros ilegítimos. Talvez caiba aqui um breve lembrete sobre o fato de que, mesmo na literatura modernista, não foi concedida às mulheres o direito de estabelecer uma linhagem. A única exceção talvez seja Clarice Lispector,

única escritora com alguma descendência. Cecília Meirelles dá uma linhagem defeituosa e Rachel de Queiroz, por sua vez, é considerada uma patriarca de saias e assim mesmo sem descendência.

Essa percepção dos riscos em se assumir a inflexão genealógica na historiografia literária, já havia sido apontada por Antônio Candido. No seu ensaio "Estrutura Literária e Função Histórica", Cândido discute como e porque o romantismo brasileiro -"estabelecendo troncos a que se puderam filiar e, com isto parecer herdeiros de uma tradição respeitável" - elegeu, "numa tendência típica de nossa civilização, a tendência genealógica" (sic), o Caramuru de Basílio da Gama como o predecessor por excelência da literatura nacional. Cândido se detem ainda no esforço nobiliárquico - linhagístico - dos intelectuais brasileiros em definir uma aristocracia local (com direito a heroísmos, títulos de nobreza e limpeza de estirpe) o que levaria à existência de uma pseudo-História, e, por consequência, de uma tradição e de uma dignidade simulada através dos tempos.

Voltando à contribuição de Ria, ela ainda aponta que uma das alternativas mais interessantes que nos oferece hoje a historiografia feminista é a análise de uma perspectiva claramente escriptocêntrica nos processos de construção da historiografia literária, ou seja, a permanência de um conceito monolítico de escritura e principalmente o uso deste conceito nas discussões da área.

Ria coloca então em pauta a necessidade de uma nova História literária baseada no desenvolvimento da tecnologia da escrita e, conseqüentemente, o exame inadiável das relações entre oralidade e escrita. Ria sugere, neste sentido, a construção de uma nova História da literatura pensada como uma transição lenta e progressiva da oralidade para as formas primitivas da escrita, para a escrita impressa e finalmente para os meios de massa, propondo um quadro teórico que discuta as formas e funções destas tecnologias em diferentes momentos históricos e suas relações com as tradições orais.

O que o feminismo sugere portanto não é simplesmente a reconstrução das tradições femininas escondidas ou eliminadas, mas sobretudo a construção de uma História literária

enquanto produto de vários sistemas sociais e culturais, marcados pela dinâmica das relações de gênero.

Essa sugestão vai de encontro à posição de Bakhtin, insistentemente retomadas em vários estudos como *Gêneros do Discurso* e na *A Epica e a Novela*. Nesses trabalhos pode-se perceber uma crítica frontal à historiografia literária tradicional por se ater à luta entre escolas e tendências literárias, para ele, fenômenos periféricos e historicamente insignificantes, em lugar de entender a História literária como a História mais profunda e mais radical da trajetória dos gêneros discursivos.

E Bakhtin entende a noção de gênero não em seu sentido meramente formal, mas como um campo de percepção valorizado, como uma forma de representar o mundo, ou mesmo como uma forma de pensar. Ou seja, um tipo específico de atividade criativa que traduz um sentido particular de experiência. Desta forma, torna-se claro – como mostrou também Ria Lemaire – que diferentes experiências sociais requerem diferentes gêneros discursivos ou literários, assim como, novos gêneros de discurso refletem mudanças na vida social. Nesta perspectiva, é golpeada qualquer atribuição de valor ou qualidade, (“maior/menor”), e os gêneros, que ele define mais sofisticadamente como "contatos genéricos" – ou seja a pluralidade de contatos discursivos transmitidos através dos autores –, passam a ser examinados como veículos de historicidade.

Mas como é a própria História que nos põe em movimento contínuo, vou terminar essas observações sobre o namoro & as rugas entre os Estudos Culturais e a Historiografia Literária com uma inquietação que, nesse momento, não me parece ser muito fora de propósito.

Focando apenas na trajetória dos Estudos Culturais – e, nesse caso, mais especificamente nos Estudos Culturais norte americanos, tornou-se evidente que a grande utopia pós-moderna, o multiculturalismo, objeto preferencial dos Estudos Culturais, entrou numa séria crise diante da lógica selvagem dos processos de globalização e da violência e intolerância dos enfrentamentos étnico-culturais deste últimos tempos, cuja metáfora maior é o 11 de Setembro.

Para a interpretação da complexidade deste horizonte político-cultural ainda meio desconhecido, regido por fluxos de alta mobilidade e pouca transparência geopolítica, a criação

de novos modelos teóricos passam a ser artigos de primeira necessidade. Nessa nova tarefa que temos pela frente, talvez a noção de *tempo* esteja já sinalizando que começa a perder terreno para a noção de *espaço*, a idéia de “identidade” para a de “identificação” e, como sugere Stuart Hall, nossas “roots” (raízes) estejam se tornando apenas “routes” (caminhos). Um panorama novíssimo que, salvo engano, começa a sugerir a formação de um apimentado triângulo amoroso cujos protagonistas provavelmente serão os Estudos Culturais, a História e a Geografia.